



O ecletismo no *De Officiis*, de Cícero

Michele Eduarda Brasil de Sá¹

RESUMO:

O presente trabalho apresenta as correntes filosóficas de origem grega (estóicos, epicuristas, acadêmicos, peripatéticos) presentes na obra sobre ética intitulada *De Officiis* (“Dos Deveres”), do autor romano Marco Túlio Cícero. Pretende-se demonstrar os elementos de seu ecletismo, qual o seu modelo – Panécio de Rodes –, o que Cícero desenvolve de original a partir dele e em que medida.

PALAVRAS-CHAVE: Ética – Cícero – ecletismo.

ABSTRACT:

This paper presents the philosophical Greek groups (Stoics, Epicureans, Academics, Peripatetics) in the work on ethics entitled *De Officiis* ("On Duty"), written by the Roman author Marcus Tullius Cicero. We intend to demonstrate the elements of its eclecticism, which model – Panetius of Rhodes – he follows, what original points Cicero develop and to what extent.

KEYWORDS: Ethics, Cicero, Eclecticism.

¹ Profa. Dra da UFRJ/UNB. Michele_eduarda@ufrj.br



Na sua longa campanha de expansão territorial, os romanos, depois de haverem dominado o mundo grego, tendo conquistado a Macedônia (168 a.C.), a Grécia (146 a.C.) e a Ásia Menor (133 a.C.), tiveram contato crescente com a literatura, a filosofia e a arte grega. Os mais abastados, desejosos de melhor aproveitarem o seu *otium*, viajavam para a Grécia ou estudavam com mestres gregos trazidos a Roma (OLLERO, 1979, p. 97).

Em se pensando sobre quanto de filosofia os gregos já haviam produzido até esta época, imediatamente deduz-se que, num primeiro momento, os romanos que se aplicavam ao estudo filosófico tenderiam ao ecletismo, ou seja, a contemplarem mais de uma das chamadas escolas filosóficas, uma vez que havia muita informação, de teor variado e até antagônico, a ser processada. Antes de apresentarem algo “novo”, por assim dizer, era preciso que digerissem as teorias desenvolvidas ao longo de séculos. Com tanta novidade, alguns escritores romanos limitaram-se à tradução dos gregos. Eis o motivo da fama segundo a qual os romanos pecaram por falta de originalidade.

Em se tratando de estudos clássicos, de relações interculturais e de filosofia, nada é simples. Em primeiro lugar, as fontes são antigas, remontam a um tempo e a um lugar que são outros e escapam à plena compreensão do homem de hoje, já que não é o mesmo grego ou romano daquela época. Em segundo lugar, devido a diferenças socioculturais e históricas, gregos e romanos observavam o mundo sob óticas diferentes – o que nos faz duvidar de todo mero “plágio” que esteja privado de uma razão pragmática, esta bem ao gosto dos romanos. Em terceiro lugar, é preciso evitar todo reducionismo em filosofia. Se mesmo os copistas são olhados com desconfiança, visto que de alguns se diz que tenham excluído, modificado e acrescentado algo aos cânones literários, por que não admitir, após a releitura da obra e do exercício da pesquisa, que Cícero tenha também contribuído com algo novo?

Voltado para este questionamento, o presente trabalho possui como tema a influência de correntes filosóficas gregas na obra filosófica de Cícero intitulada *De officiis* (“Dos deveres”). O autor é considerado um adepto do ecletismo (MARCONDES, 2008, p. 86) por revelar em sua obra a presença de teses da Academia (Platão), do Liceu (Aristóteles), do Jardim (epicuristas) e da *Stoa* (mais precisamente do estoicismo médio, de Panécio de Rodes). O objetivo é verificar as fontes gregas da



filosofia ciceroniana revelada na obra *De officiis*, buscando as raízes do ecletismo do autor e alguns aspectos que lhe podem ser atribuídos como originais.

Panécio de Rodes: fonte da *auctoritas* no *De Officiis*

Assim como o aristotelismo, o estoicismo foi uma das doutrinas que mais tiveram influência no pensamento ocidental (ABBAGNANO, 2007, p. 438). Panécio de Rodes faz parte do que conhecemos como estoicismo médio. Com este filósofo, o estoicismo (ou o Pórtico) viu-se renovado. Os ataques dos cétricos foram minando as idéias estóicas ao longo dos anos e era preciso uma avaliação, ou antes uma reavaliação delas. O curioso é perceber que, ao contrário do que se repete há muito tempo a respeito de gregos e romanos (de somente estes serem influenciados pelos primeiros), admite-se que Panécio na verdade tenha sofrido certa influência da mentalidade romana:

“(...) fundamental (...) foi o contato de Panécio com a mentalidade romana. acolhido em Roma no círculo dos Cipiões, frequentando assiduamente os romanos mais poderosos, influentes e esclarecidos do momento, ele compreendeu a novidade e a grandeza da romanidade, foi fascinado e, em certa medida, também, positivamente condicionado por ela.” (REALE, 1994, p. 366)

Panécio adaptou a doutrina estóica aos ideais romanos: em vez de focar as virtudes passivas de demonstrar indiferença ao perigo e à infelicidade e de evitar o mal, ele ressalta a magnanimidade e a benevolência, valorizando o bem-estar privado, mas submetendo-o ao bem-estar público (HOWATSON, 1989, p. 406).

Cícero deixa evidente que Panécio é a sua fonte e o titular da *auctoritas* (“autoridade”) que ele pretende seguir. Não se limita a ele, porém, já que tanto um quanto outro são considerados filósofos ecléticos. Em mais de uma passagem Cícero evoca a *auctoritas* de Panécio a fim de fundamentar suas próprias colocações:

Iudicis est semper in causis verum sequi, patroni non numquam veri simile, etiamsi minus sit verum, defendere; quod scribere, praesertim cum de philosophia scriberem, non auderem, nisi idem placeret gravissimo Stoicorum, Panaetio. (Cic, De Off., II, 14)



“É próprio do juiz seguir a verdade nas causas, e próprio do advogado defender o verossímil, ainda que não seja de todo correto; eu não ousaria escrever isto, especialmente porque escrevo sobre filosofia, **se a mesma coisa não agradasse a Panécio, o mais rigoroso dos Estóicos.**”

[...]sed doctissimi non probant, ut et hic ipse Panaetius, quem multum in his libris secutus sum [...]. (Cic, De Off., II, 17)

“[...] porém, os homens mais esclarecidos não os aprovam, e também este mesmo **Panécio, que tenho seguido muito nestes livros** [...]”

Panaetius igitur, qui sine controversia de officiis accuratissime disputavit, quemque nos correctione quadam adhibita potissimum secuti sumus [...]. (Cic, De Off., III, 2)

“**Panécio**, então, que sem controvérsia tratou dos deveres com grande cuidado e **a quem temos particularmente seguido**, com alguma modificação [...]”

Panécio é representante do estoicismo médio. Apesar de ser, como o próprio Cícero deixa evidente, aquele a quem o Arpinate segue mais de perto, Panécio não é o único estóico citado na obra. Deve-se levar em consideração que o estoicismo, assim como outras escolas, não era unívoco:

[Hecaton] Quaerit etiam, si sapiens adulterinos nummos acceperit imprudens pro bonis, cum id rescierit, soluturusne sit eos, si cui debeat, pro bonis. Diogenes ait, Antipater negat, cui potius assentior. [...] Haec sunt quasi controversa iura Stoicorum. (Cic, De Off., III, 23)

“[**Hecaton**] Pergunta ainda se o sábio que, de maneira imprudente, recebe uma moeda falsa como se fosse verdadeira, depois de descobrir isso, pode dá-la em pagamento àqueles a quem ele deve. **Diógenes** diz que sim, mas **Antipater** diz que não, com quem eu concordo. [...] Estas são, por assim dizer, as questões de direito **dos Estóicos.**”

Cícero e o seu *De Officiis*

Tem sido ultimamente posta em xeque a opinião minimalista de que os romanos “copiaram tudo dos gregos”, de que “a atividade intelectual em Roma careceu



de originalidade” (ABRÃO, 1999, p. 84). Apesar desta tendência quase unívoca, resiste o reconhecimento de que Cícero tenha sido o principal divulgador da filosofia grega:

“Cícero não deu novas idéias ao mundo (...). O seu mundo interior é pobre porque dá abrigo a todas as vozes.” Mas “nenhum grego teria sido capaz de difundir, como fez Cícero, o pensamento grego pelo mundo.” (C. Marchesi, *Storia della letteratura latina*, Milão, 1978, I, p.317 – *apud* REALE, 1994, p. 464)

O livro *Dos deveres* de Panécio está perdido. Nós só conhecemos o seu teor porque Cícero nele se baseia para escrever seu *De Officiis* (HOWATSON, 1989, p. 406). Sendo assim, o ecletismo ciceroniano é, na verdade, um ecletismo paneciano: mantém as bases do estoicismo, sem, contudo, deixar de dialogar com as outras correntes e de adaptar-se a elas – eis o chamado médio-estoicismo (REALE, 1994, p. 367). Esta impossibilidade de comparar a obra de um com a de outro (pelo fato de a paneciana não ter chegado a nós) é um obstáculo ao objetivo deste trabalho. Deve-se partir do pressuposto de que aquilo que Cícero escreve a respeito da obra homônima de seu *magister* é verdadeiro. Somente tendo feito isto é possível tentar dimensionar até que ponto Cícero simplesmente reproduz os ensinamentos gregos, fazendo-se mero porta-voz, e qual a sua contribuição original para a filosofia. Ele mesmo fala em nome de sua originalidade:

*Triplex igitur es, ut Panaetio videtur, consilii capiendi deliberatio. [...] Hac divisione, cum praeterire aliquid maximum vitium in dividendo sit, duo praetermissa sunt; nec enim solum utrum honestum an turpe sit, deliberari solet, sed etiam duobus propositis honestis utrum honestius, itemque duobus propositis utilibus utrum utilius. Ita, quam ille triplicem putavit esse rationem, in quinque partes distribui debere reperitur. Primum igitur est de honesto, sed dupliciter, tum pari ratione de utili, post de comparatione eorum disserendum. (Cic, *De Off.*, I, 3)*

“Para Panécio, a reflexão necessária para se tomar uma decisão é dividida em três. [...] Nessa divisão, embora omitir no dividir seja uma grande falha, duas coisas são omitidas: não apenas costuma-se examinar se há algo honesto ou desonesto, mas também de duas coisas honestas, qual a mais honesta, assim como de duas coisas úteis, qual a mais útil. **Assim, aquela reflexão que ele (Panécio) imaginava dividir-se em três partes deve ser dividida em cinco.** Desta forma, deve-se tratar do honesto, mas de forma dúplice; depois do útil, seguindo o mesmo raciocínio; depois, da comparação deles.”



Eorum autem ipsorum, quae honesta sunt, potest incidere saepe contentio et comparatio, de duobus honestis utrum honestius, qui locus a Panaetio est praetermissus.

(Cic, *De Off.*, I, 43)

“Porém, dentre estas mesmas coisas que são honestas, frequentemente pode haver concorrência e a comparação acerca de qual de duas é a mais honesta, **sobre o que Panécio se omitiu.**”

Hanc igitur partem relictam explebimus nullis adminiculis, sed, ut dicitur, Marte nostro. Neque enim quicquam est de hac parte post Panaetium explicatum, quod quidem mihi probaretur, de iis, quae in manus meas venerint.

(Cic, *De Off.*, III, 7)

“Esta parte deixada, nós não a complementaremos com nenhum auxílio, mas, como se diz, com nosso próprio esforço. Na verdade, de tudo que se explicou sobre esta parte, **depois de Panécio, nada que chegou às minhas mãos foi aprovado por mim.**”

De antemão, pode-se colocar como um argumento a favor da originalidade de Cícero o fato de que, para expressar determinados conceitos da filosofia grega, era preciso criar um vocabulário equivalente em latim. Desta maneira, para vários termos que não possuíam tradução outros tantos tiveram que ser criados, a fim de que as idéias fossem devidamente traduzidas. Nisto o Arpinate deixou grande contribuição:

“Como filósofo, [...] Cícero teve o mérito de levar até seus concidadãos o conhecimento da Filosofia Grega e de criar uma verdadeira linguagem filosófica.”

(GIORDANI, 1981, p.

239)

Embora se diga que a importância de Cícero na transmissão da filosofia grega não tenha “um mérito teórico, mas de mediação, de difusão e de divulgação cultural” (REALE, 1994, p. 455), o fato de ele ter criado esta linguagem filosófica, de que fala Giordani, é por si só uma intervenção criativa. No entanto, este argumento cai por terra quando se considera que os termos filosóficos em latim não trazem nenhum conceito novo, sendo meras traduções. Sendo assim, recorre-se ao texto do *De Officiis* – que presumimos dizer a verdade sobre o conteúdo de *Dos Deveres* de Panécio – para observar mais de perto o que Cícero revela.



Giovani Reale pertence ao grupo dos que não admitem haver novidades em Cícero: em sua *História da filosofia antiga*, Reale diz que Cícero apenas “discute as éticas dos sistemas epicurista, estóico, acadêmico e peripatético; rejeita em bloco a moral epicurista e procede a ecléticos acomodamentos entre as outras” (1994, p. 463). Seguir a natureza individual, mas com respeito à natureza humana (coletiva), é princípio moral básico para Panécio e Cícero. Como os peripatéticos, os dois filósofos vêem a natureza humana como o conjunto de alma e corpo, que devem ser satisfeitos. Assim a rígida moral estóica, na qual a razão encontra lugar primordial, vem “temperada” com o reconhecimento das exigências do corpo. Desta forma, apesar de circular entre as outras escolas, Cícero no fim volta aos estóicos, submetendo a virtude (esta suficiente para a vida feliz) completamente à razão e atribuindo à figura do sábio a qualidade de não ser dobrado pelas paixões, imperturbável.

Contudo, Reale admite que “Panécio não tematizou a superioridade da virtude prática sobre a teórica, como faz Cícero” (1994, p. 372). Parece uma admissão um tanto contraditória, vindo de alguém que nega haver novidades no texto do Arpinate. O *De Officiis* é composto de três livros: o primeiro deles versa basicamente sobre a honestidade e seus elementos; o segundo, sobre a honestidade em contraste com a utilidade; o terceiro e último, que é o passo dado por Cícero além do caminho de Panécio, trata do conflito entre o “útil aparente” (ou seja, a utilidade sem a honestidade) e o “útil real” (a utilidade com ela).

Seja com Panécio e o estoicismo, seja com outros filósofos e escolas, Cícero não se priva de mencioná-los, pois pretende atribuir *auctoritas* à sua própria obra:

Fundamentum autem est iustitiae fides, id est dictorum conventorumque constantia et veritas. Ex quo, quamquam hoc videbitur fortasse cuiusdam durius, tamen audeamus imitari Stoicos, qui studiose exquirunt, unde verba sint ducta, credamusque, quia fiat, quod dictum est appellatam fidem.

(Cic, *De Off.*, I, 7)

“Contudo, o alicerce da justiça é a boa-fé, ou seja, a sinceridade e a lealdade das palavras e das convenções. Por este motivo **ousamos imitar os Estóicos**, que procuravam diligentemente de onde as



palavras surgiram, e creiamos que, embora pareça um pouco forçado, a fé é assim chamada porque se faz o que se diz.”²

Platão, modelo para outra obra de Cícero de título homônimo (“Da República”), também é mencionado neste tratado sobre ética:

Praeclarum igitur illud Platonis: "Non," inquit, "solum scientia, quae est remota ab iustitia calliditas potius quam sapientia est appellanda, verum etiam animus paratus ad periculum, si sua cupiditate, non utilitate communi impellitur, audaciae potius nomen habeat, quam fortitudinis."
(Cic, *De Off.*, I, 19)

“**Aquele dito de Platão é esplêndido**; ele diz: ‘Não somente a ciência separada da honestidade deve ser considerada mais astúcia do que sabedoria, mas também o espírito preparado para o perigo, se é movido pela sua cupidez e não pela utilidade comum, deve ser chamada mais de audácia que de coragem.’”

Miserrima omnino est ambitio honorumque contentio, de qua praeclare apud eundem est Platonem "similiter facere eos, qui inter se contenderent, uter potius rem publicam administraret, ut si nautae certarent, quis eorum potissimum gubernaret". (Cic, *De Off.*, I, 25)

“Nada é mais prejudicial do que a ambição e as brigas por causa de honrarias, **a respeito do que Platão disse extraordinariamente** que aqueles que contendem acerca de qual deles governará a República são como os pilotos que disputam quem tomará o leme.”

Também Aristóteles e os peripatéticos, seus seguidores, são mencionados:

Prohibenda autem maxime est ira puniendo; numquam enim iratus qui accedet ad poenam mediocritatem illam tenebit, quae est inter nimium et parum, quae placet Peripateticis et recte placet, modo ne laudarent iracundiam et dicerent utiliter a natura datam.
(Cic, *De Off.*, I, 25)

“A ira deve ser severamente proibida ao punir; de fato, nunca o irado que aplica a pena guardará a justa medida, a qual está entre o muito e o pouco, **a qual agrada aos Peripatéticos**, e com razão lhes agrada, a fim de não enaltecerem a fúria e dizerem que de forma útil foi dada pela natureza.”

Aqui convém ressaltar uma informação: a marca mais relevante dos neoadadêmicos na filosofia do *De Officiis* é o uso do método da discussão em termos de pró e contra (CÍCERO, 2004, p. 85). Esse método tem como vantagens as possibilidades

² Cf. palavras *feri* (“ser feito”) e *fides* (“fé”, “boa-fé”).



de: 1) apresentar as várias posições filosóficas a respeito de um mesmo problema – o que dá a Cícero a oportunidade de exibir seu conhecimento de filosofia grega; 2) contrastar as teses opostas; e 3) apontar a que lhe parece mais correta – um ótimo exercício retórico para aquele que começou sua carreira pública como orador e advogado (REALE, 1994, p. 456).

Às vezes, numa mesma passagem os pensamentos dos diversos filósofos e escolas aparecem juntos, elaborados em comparação (exemplo que ilustra ainda melhor o ecletismo ciceroniano):

Nam, sive honestum solum bonum est, ut Stoicis placet, sive, quod honestum est, id ita summum bonum est, quemadmodum Peripateticis vestris videtur, ut omnia ex altera parte collocata vix minimi momenti instar habeant [...]. Itaque accepimus Socratem exsecrari solitum eos, qui primum haec natura cohaerentia opinione distraxissent.

(Cic, *De Off.*, III, 3)

“Porque se somente o honesto é bom, como agrada aos **Estóicos**, se o que é honesto é um bem tão grande que todos os outros, colocados em oposição a ele têm apenas o mínimo de peso, como parece aos vossos **Peripatéticos** [...], assim soubemos que **Sócrates** estava acostumado a execrar aqueles que separaram coisas por esta natureza inseparáveis.”

Erit autem haec formula Stoicorum rationi disciplinaeque maxime consentanea; quam quidem his libris propterea sequimur, quod, quamquam et a veteribus Academicis et a Peripateticis vestris, qui quondam idem erant, qui Academici, quae honesta sunt, anteponuntur iis, quae videntur utilia[...]

(Cic, *De Off.*, III, 4)

“Essa regra estará perfeitamente conforme o raciocínio e o ensino dos **Estóicos**, que seguimos nestes livros, pois alguns dentre os antigos **Acadêmicos** e vossos **Peripatéticos**, que antes eram os mesmos, preferem as coisas honestas às coisas que parecem úteis [...]”

Cícero também menciona os cínicos e os epicuristas, levantando-se contra estes grupos (o que se deve sobretudo à sua postura estoíca e à exaltação da virtude e da moderação na questão que perpassa as idéias de utilidade e honestidade):

Cynicorum vero ratio tota est eicienda; est enim inimica verecundiae, sine qua nihil rectum esse potest, nihil honestum.

(Cic, *De Off.*, I, 41)



“**A teoria dos cínicos deve ser toda rejeitada**; na verdade ela é inimiga do pudor, sem o qual não pode haver nada correto, nem honesto.”

Atqui ab Aristippo Cyrenaici atque Annicerii philosophi nominati omne bonum in voluptate posuerunt virtutemque censuerunt ob eam rem esse laudandam, quod efficiens esset voluptatis. Quibus obsoletis floret Epicurus, eiusdem fere adiutor auctorque sententiae. Cum his "viris" equisque, ut dicitur, si honestatem tueri ac retinere sententia est, decertandum est.

(Cic, *De Off.*, III, 33)

“Entretanto, os Cirenaicos (da escola) de Aristipo e os filósofos que levam o nome de Aniceris colocaram todo o bem na volúpia e consideraram que a virtude só deveria ser elogiada pelo fato de proporcionar prazer. Tendo ficado obsoletos estes ensinamentos, surge **Epicuro, defensor e propagador desta teoria. Deve-se combater esses filósofos com todas as forças (“com homens e cavalos”, como se diz)**, se a nossa decisão é proteger e conservar a honestidade.”

Conclusão

Para os antigos gregos, tudo é criado a partir de algo que já existe. A originalidade “plena” – ou seja, fazer surgir alguma coisa do nada – é algo que não se coaduna com a noção greco-romana de originalidade. Os romanos, cuja civilização é de florescimento posterior à dos gregos, consideravam estes como modelo em muitas coisas: filosofia, arte, literatura, para citar apenas as principais.

A obra filosófica de Marco Túlio Cícero intitulada *De officiis* (“Dos deveres”) é um dos muitos exemplos da influência de correntes filosóficas gregas em autores romanos. Trata-se de um autor eclético por causa da presença de teses da Academia, do Liceu, dos epicuristas e estoicos. Panécio de Rodes, que tinha escrito um livro sobre o mesmo tema (perdido, infelizmente), é seu modelo principal.

Estes modelos, especialmente nesta situação em que a obra latina tem o mesmo nome/tema que o seu modelo grego correspondente, induzem ao pensamento de que a versão dos autores romanos é apenas uma tradução – o que, para alguns autores, acaba sendo verdade.



A fim de demonstrar o ecletismo em *Dos Deveres*, foram expostas algumas passagens para mostrar as referências que Cícero faz aos filósofos e escolas de origem grega; outras passagens que mostram a escolha declarada de Cícero em seguir Panécio; outras em que Cícero aponta o que Panécio não fez, e que ele mesmo pretende fazer em sua obra; outras em que Cícero compara pensamentos de autores divergentes (mesmo de estóicos entre si).

Quanto à questão da originalidade de Cícero, apontam-se como evidências o fato de que a Cícero se atribui a criação de um vocabulário filosófico em latim para transmitir as noções expressas na língua grega; a própria demonstração de Cícero a respeito da obra de Panécio, sobre o que nela foi dito e o que ele deixou de abordar; o reconhecimento de que Cícero tematizou a superioridade da virtude prática sobre a teórica, algo não levado a cabo por Panécio, conforme o comentário de Geovani Reale, um dos que negam a originalidade do Arpinate.

Trazendo o *De officiis* para a realidade do presente século, em que a corrupção é gritante e é necessário aplicar-se à reflexão sobre a ética, esta obra mostra-se bastante atual. Trata-se de um livro escrito para um filho (Marco Túlio Cícero Filho, que havia partido para estudar com o grego Crátipo), estudante também de filosofia, e pode bem ser matéria de estudo para os adolescentes e jovens em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

1. ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
2. ABRÃO, Bernadette Siqueira. **História da filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
3. CARDOSO, Zélia de Almeida. **A literatura latina**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



4. CÍCERO. **De Officiis**. With an English translation by Walter Miller. New York: The MacMillan Co., 1913.
5. GIORDANI, Mário Curtis. **História de Roma**. Petrópolis: Vozes, 1981.
6. HOWATSON, M.C. (ed.). **The Oxford Companion to Classical Literature**. 2. ed. Oxford University Press, 1989.
7. MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
8. OLLERO, Dionisio. **La filosofía en Roma**. Revista Estudios Clásicos, n. 83, Sociedad Española de Estudios Clásicos: Madrid, 1979, pp. 97-117. Disponibilidade e acesso: <http://interclassica.um.es/investigacion/hemeroteca/e/estudios_clasicos/numero_83_1979> 27. mar. 2010.
9. REALE, Giovanni. **História da filosofia antiga**. São Paulo: Loyola, 1994.